

II JORNADA INTERDISCIPLINAR EM SAÚDE

CASOS DE SÍFILIS NO PERÍODO DE SEIS ANOS EM UM MUNICÍPIO DO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA

STIVAL, Daniele Milani¹; QUADROS, Charles Luiz²; RAMPELOTTO, Roberta Filipini³

¹ Estudante, Acadêmica do curso de Biomedicina da UCEFF;

² Estudante, Acadêmico do curso de Biomedicina da Unicesumar;

³ Farmacêutica, Doutora em Ciências Farmacêuticas, Professora do curso de Biomedicina da UCEFF

E-mail para correspondência: danistival09@gmail.com

Introdução: A nomenclatura Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) foi proposta pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) em substituição ao termo Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) para abranger melhor as infecções assintomáticas. As IST são frequentes, com distintas etiologias e manifestações clínicas, impactando na qualidade de vida e nas relações interpessoais, sendo que dentre elas, a sífilis vem recebendo tratamento prioritário pelo departamento de DSTs, síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS) e Hepatites Virais (DDAHV). A sífilis é uma doença infecciosa sistêmica causada pela bactéria *Treponema pallidum*, patógeno exclusivo do ser humano que pode ter evolução crônica, sendo que pode ser transmitida de forma vertical, sexual ou da mãe ao feto, sendo denominada assim, sífilis congênita. Em 2010, a OMS publicou a estimativa de 11 milhões de novos casos de sífilis por ano no mundo, sendo somente no Brasil cerca de um milhão de novos casos. A notificação desta infecção é obrigatória no caso de sífilis adquirida desde o ano de 2010. Já a sífilis em gestantes é de notificação compulsória desde 2005 e a congênita desde 1986. A sintomatologia varia de acordo com o estágio da doença, podendo permanecer em fase latente ou assintomática. Dependendo do estágio e escassez de sintomas, grande parte das pessoas com sífilis não sabe que tem a infecção, podendo transmitir aos seus parceiros sexuais. Esta doença quando não tratada pode evoluir para formas mais graves, comprometendo especialmente o sistema nervoso e cardiovascular. Assim, devido a variedade de sinais e sintomas, os quais podem ser confundidos com outras patologias torna o diagnóstico laboratorial de grande importância, e por vezes, a única maneira de identificar a doença. **Objetivo:** O objetivo deste estudo foi avaliar os casos de sífilis no período de 6 anos em um município no extremo oeste de Santa Catarina, SC. **Método:** Foi realizado um estudo retrospectivo avaliando os casos de sífilis notificados pela secretaria de saúde em um município no extremo oeste de Santa Catarina, SC, entre os anos de 2016 a 2021. Foram avaliados parâmetros como idade, especificidade do agravo, sífilis congênita, não especificada e casos em gestantes. **Resultados e Discussão:** No período de estudo (2016 a 2021) foram notificados e confirmados 41 casos de sífilis, que variaram entre a idade de 0 a 75 anos. Em relação ao agravo da infecção, 37 não estavam especificados (90,24%), 3 ocorreram em gestantes (7,32%) e 1 caso foi de sífilis congênita (2,44%). Em relação a idade, a faixa etária variou entre 0 a 75 anos, sendo a prevalente entre 19 a 29 anos (n=22; 53,66%); seguido da idade de 31 a 42 anos (n=10; 24,39%); ≥ 59 anos (n=5; 12,19%) e entre 0 a 3 anos (n=4; 9,76%). Ainda, ao relacionar o período em que ocorreram estas infecções, 7,32% dos casos foram em 2016 (3/41), e destes, 66,67% em gestantes (2/3); 4,88% em 2017 (2/41), 14,63% em 2018 (6/41), sendo 16,67% em gestantes (1/6), 17,07% em 2019 (7/41), sendo 14,28% de sífilis congênita (1/7); 12,19% em 2020 (5/41) e 43,91% em 2021 (18/41). Sabe-se que o maior risco do diagnóstico da sífilis em gestantes é a possível transmissão da doença de mãe para o filho, na qual a infecção é grave e

que, quando não realizado o diagnóstico precoce e o tratamento empírico podem causar má-formação do feto, aborto ou até mesmo a morte do bebê. Desta forma, os resultados demonstram a necessidade de ações que promovam orientação e educação a respeito da sífilis; já que o contato sexual é a principal via de transmissão desta infecção, seguida da vertical, que ocorre quando a gestante acometida pela doença não é tratada ou é inadequadamente tratada; sendo considerada um sério problema de saúde pública no mundo, capaz de causar infertilidade, sequelas e mortalidade. **Conclusão:** Através deste estudo verificou-se que a maioria dos casos de sífilis ocorre em pessoas jovens, e que o número de diagnósticos mais que triplicou no decorrer nos anos, especialmente considerando os anos anteriores comparado ao ano de 2021. Assim, se faz necessário a importância da intervenção profissional na prática do exercício de educação e desenvolvimento dos adolescentes. A orientação aos jovens sobre IST precisa estar inserida na realidade dos mesmos, devendo ser realizada de forma aberta para minimizar riscos à sua própria saúde.

Descritores: Infecções sexualmente transmissíveis; sífilis; saúde pública.

Eixo temático: Saúde.

REFERÊNCIAS

DORETO, Daniella Tech; VIEIRA, Elisabeth Meloni. O conhecimento sobre doenças sexualmente transmissíveis entre adolescentes de baixa renda em Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. **Caderno Saúde Pública, Rio de Janeiro**, v.23 n. 10, out., 2007.

GALATO, Dayani; CORREIA, Taís dos Santos. Vulnerabilidade das doenças sexualmente transmissíveis de pessoas vivendo em relacionamentos estáveis em uma cidade do sul do Brasil. **Arquivos Catarinenses de Medicina**, Vol. 40, n. 2, 2011.

MINISTÉRIO DA SAÚDE – SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. DEPARTAMENTO DE DST, AIDS E HEPATITES VIRAIS. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT):** Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). 2 ed., Brasília, 2016.

Boletim epidemiológico: Sífilis 2015. Ano IV, n. 1, Brasília 2015. Disponível em: <www.aids.gov.br/sites/default/files/anexos/publicacao/2015/57978/_p_boletim_sifilis_2015_fechado_pdf_p_18327.pdf>

PINTO, Valdir Monteiro; TANCREDI, Mariza Von; ALENCAR, Herculano Duarte Ramos de Alencar; et al. Prevalência de Sífilis e fatores associados a população em situação de rua de São Paulo, Brasil, com utilização de Teste Rápido. **Revista Brasileira de Epidemiologia**: Abril/ Junho, 2014.

SANTOS, Lauana Aparecida et al. Avaliação do conhecimento de adultos e adolescentes sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis DSTs. **Adolescência e Saúde, Rio de Janeiro**, v. 12, n. 1, p. 23-27, jan/mar, 2015.

VONK, Angélica Cristina Roza Pereira; BONAN, Claudia; SILVA, Kátia Silveira da. Sexualidade, reprodução e saúde: experiências de adolescentes que vivem em município do interior de pequeno porte. **Ciência e Saúde Coletiva**, p. 1795-1807, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan.